

Psicanálise IV (2008)

Natureza e Cultura (Cap. I) em As Estruturas Elementares do Parentesco - Claude Lévi-Strauss - (1949).-

(Original [desta edição] publicado pela Mouton & Co / Maison des Sciences de l'Homme, Paris 1967; traduzido em português pela Editôra Vozes, Petrópolis, 1976).

Capítulo I - Natureza e Cultura

Problema central do capítulo: Como pensar a distinção (a diferença, eventualmente a "passagem") entre natureza e cultura, sem recorrer ao conceito de origem. A busca da origem conduz ao impasse e representa um problema insolúvel, já que as culturas "primitivas" existentes hoje estão longe de representar o que seria um estado primeiro da humanidade.

A antropologia física (estudo de fósseis) pode fornecer dados acerca das modificações pelas quais teriam passado as estruturas anatômicas dos hominídeos "pré-humanos", mas seria incapaz de resolver a questão da emergência da cultura; por exemplo, quais seriam as características da(s) primeira(s) formação(ões) cultural(is) da humanidade[1].

Para Lévi-Strauss, a cultura não se superpõe à natureza: "*Em certo sentido, substitui-se à vida e, em outro sentido, utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem*". Ou seja, são dois estados distintos. O ser humano (ou qualquer outra espécie) não poderia viver simultaneamente em estado de natureza e de cultura. A passagem da natureza à cultura envolve uma ruptura; algo de ordem "qualitativa" e não "quantitativa".

O etnólogo contesta o enfoque que defende a existência de uma continuidade entre as outras espécies e a humana[2]. Trata-se de uma questão paradoxal. Em termos biológicos essa continuidade é tão evidente e inegável como o fato de pertencermos ao gênero mamífero. Mas do ponto de vista dos princípios reitores do

comportamento ou, para dizê-lo em termos darwinianos, do ponto de vista das relações com o meio ambiente (natureza), a diferença qualitativa em relação às outras espécies (inclusive os primatas), é igualmente evidente e inegável.

O abismo entre o funcionamento dos grupos não humanos (animais gregários) e o das sociedades humanas, bem como o contraste entre a uniformidade de comportamento inerente à condição de membro de uma espécie não humana e, em oposição, a individualidade marcante, característica do *homo sapiens*, são argumentos fortes a favor da não continuidade.

Ou seja, entre a vida grupal dos não humanos (primatas como chimpanzés, gorilas, orangotangos, babuínos podem ser tomados como exemplos) e a sociedade humana há diferenças abissais, da mesma forma que, no nível do comportamento de cada membro da espécie, a somatória de reflexos incondicionados, condicionados e operantes define os animais não humano enquanto no ser humano a individualidade subverte os fatores biológicos e ambientais.

O senso comum, como sempre, proporia uma solução simples, segundo a qual todo comportamento seria dividido em componentes biológicos e componentes culturais. Entretanto, a argumentação que respaldaria esse raciocínio tem-se revelado até agora extremamente frágil. Não haveria como encontrar comportamentos "naturais" no ser humano, ou seja, comportamentos isentos da participação da cultura (desde que a cultura seja pensada enquanto derivação da linguagem). O problema da abordagem proposta pelo senso comum surge quando se tenta articular o biológico e o cultural -- os respectivos argumentos não conseguem exemplificar como esses dois fatores se conjugariam no comportamento individual ou social.

Por outro lado, quando se parte da aceitação da oposição natureza/cultura, descrevê-la e operacionalizá-la tampouco é uma tarefa fácil. Essa é justamente a incumbência que Lévi-Strauss se impõe.

"Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura?" Todas as respostas tentadas até agora se revelaram decepcionantes.

A observação de recém-nascidos, para aferir dados biopsicológicos "puros", tampouco constitui uma fonte de dados confiáveis: seria impossível estabelecer uma distinção entre os cuidados imprescindíveis com o bebê, do ponto de vista biológico, e o aspecto "cultural" dos mesmos, visto que tais cuidados são necessariamente fornecidos por um representante da cultura -- e diferem tanto segundo a sociedade de que se trate como variam em função do momento histórico pelo qual passa a mesma sociedade.

Por outro lado, Lévi-Strauss e a psicanálise criticam a idéia de um "instinto materno" (ou qualquer outro tipo de instinto ou reflexo incondicionado, isto é, de que qualquer *comportamento voluntário possa ser geneticamente determinado*). Se existisse algo semelhante, todas as mulheres seriam mães (a menos de uma impossibilidade orgânica) e todas elas (ou as pessoas substitutas que desempenhassem a função materna) teriam os mesmos comportamentos e atitudes em relação ao bebê. O que é precisamente o oposto do que se observa. Cada mãe ou protagonista da função materna tem um comportamento absolutamente singular.

O caso das crianças selvagens.[3]

A hipótese de que as crianças selvagens ilustrariam aquilo que seria o "estado natural" do ser humano antes da cultura é muito pouco exequível, porque deixa de considerar um dado fundamental. As "crianças da floresta" representam provavelmente casos de abandono, e não em idade tenra, do contrário não teriam sobrevivido. Nenhum animal não humano poderia fornecer a um bebê os cuidados necessários (a não ser que se trate de um mito, como o da fundação de Roma).

A rejeição da criança assim abandonada (ou levada a fugir em virtude de maus tratos, enclausuramento, etc.) teria por motivo provavelmente a oligofrenia ou a psicose (ou, como na história de Kaspar Hauser, uma condição de bastardia a ser

ocultada). Isto é, tratar-se-ia de crianças que a família, por vergonha ou conveniência (questões relativas à herança de propriedades, por exemplo), teria procurado esconder da comunidade.

Lévi-Strauss considera que a observação, tão valorizada como componente do método científico, seria paradoxalmente de pouca ajuda para encaminhar a questão; o empirismo encontraria dificuldades insuperáveis enquanto proposta metodológica. "*O experimentador acha-se portanto encerrado num círculo vicioso*". Estamos diante de um problema que não tem como ser resolvido pela observação... um problema que exige o emprego da lógica e da dedução, a partir da comparação entre seres humanos e seres da natureza. L-S conclui que seria impossível encontrar no ser humano comportamentos independentes da cultura, ou pré-culturais, para a partir deles investigar a passagem natureza/cultura.-

E o caminho inverso, seria possível?

Descartando os insetos (cujas "sociedades" seriam inteiramente determinadas pelo "equipamento" biológico de seus membros), a interrogação deve incidir sobre os primatas superiores (gorilas, orangotangos, chimpanzés).

Apesar da variabilidade, tanto dos costumes alimentares quanto dos sexuais, os comportamento dos primatas não indica a existência da regra, estado que caracteriza a cultura. "*Tudo se passa como se os grandes macacos, já capazes de se libertarem de um comportamento específico, não pudessem chegar a estabelecer uma norma num plano novo*".-

Segue-se uma frase que prefigura a tese central do texto: "*Esta ausência de regra parece oferecer o critério mais seguro que permita distinguir um processo natural de um processo cultural*".

Que se expressa na seguinte afirmação: "*É que, com efeito, há um círculo vicioso ao se procurar na natureza a origem das regras institucionais que supõem - mais ainda, que*

são já - a cultura, e cuja instauração no interior de um grupo dificilmente pode ser concebida sem a intervenção da linguagem"[4]

"Não se pode pedir a uma ilusória continuidade entre as duas ordens (natureza e cultura) que explicasse os pontos em que se opõem".

A análise "realista" (metodologia empírica) falha porque não pode encontrar o fenômeno que mostre a passagem da natureza pra a cultura. Assim como a antropologia física não pôde encontrar o "elo perdido" entre o "último ascendente comum aos primatas e aos seres humanos" e o primeiro hominida.

Mas a análise de LS fornece um dado positivo: a presença da regra constitui o critério (único critério) para diferenciar natureza e cultura. *"Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura".-*

Assim, regra (particular) = cultura, universalidade (ausência de regra) = natureza. Após ter estabelecido esse critério, Lévi-Strauss parece admitir que haveria no ser humano algo que pertencesse ao universal (ausência de regra).

"Estabeleçamos pois que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade e que tudo que está ligado a uma norma pertence à cultura, e apresenta os atributos do relativo e do particular".

(Mas haveria algo "universal" e "espontâneo" no ser humano, ou seja, algo que se manifestasse fora do espaço do desejo e da lei, e que infrinja o princípio da singularidade?).

(Apenas o funcionamento do organismo isento de qualquer participação da linguagem, ou seja, os processos biológicos "puros". Mesmo assim, pense-se nas doenças psicossomáticas).

Aqui encontramos um paradoxo notável: A única regra universal, em relação ao humano, é a proibição do incesto, instaurada pela linguagem. Mas esse universal, a linguagem, promove precisamente... a mais absoluta singularidade, ou seja, o que

chamamos de individualidade, tanto no que se refere ao membro da espécie como no que se refere às diferenças culturais.

Em psicanálise, a proibição do incesto não se refere ao ato incestuoso em si, mas à separação entre o *infans* e o campo desejante, que promove o surgimento da identidade (aquisição da linguagem). A separação (construção da identidade) refere a relação com a falta, absolutamente singular, visto que as expectativas inconscientes que antecedem cada nascimento são absolutamente únicas. (Se ocorrer o nascimento de gêmeos sem conhecimento prévio, ambos serão diferenciados ao nascer, ou seja, sobre eles incidirão expectativas inconscientes diferentes).

Desse ponto de vista, seria impossível encontrar duas pessoas "iguais" ou duas culturas "iguais". O discurso (sujeito) e a língua (cultura, concretizada mediante diferentes formações sociais) seriam sempre singulares.

Portanto, a partir do universal (proibição do incesto, linguagem), nada mais se caracterizará no ser humano nem pela universalidade nem pela "espontaneidade", ou seja, ausência de regras. (Não há formações culturais universais; elas sempre são particulares, isto é, toda sociedade possui uma identidade; o vernáculo, ou seja, a língua própria de determinada formação cultural, é um indício dessa singularidade, assim como o nome próprio de cada ser humano é o atestado da existência da individualidade; mais: toda formação cultural se caracteriza pela existência de regras e instituições particulares, próprias de cada cultura. Até mesmo a proibição do incesto se expressa diferentemente, tanto quanto as respectivas punições).

Acrescente-se que se a proibição do incesto é efetivamente universal, ela se manifesta de maneira singular em cada sociedade humana. Ou seja, as punições pela transgressão, o grau de parentesco sobre o qual incide a regra, e até certas exceções rituais (Egito dos Faraós, monarquia de Madagascar, nobreza no Japão medieval, Incas), variam.

A regra da proibição do incesto não só caracteriza o universal nas formações sociais particulares mas ainda funda a cultura, ao diferenciá-la da natureza, onde seria impossível encontrar qualquer fenômeno semelhante.

LS discute a variabilidade das regras relativas à proibição do incesto, que de fato diferem de sociedade para sociedade (tanto em relação a quem seriam os cônjuges ou parceiros proibidos, como no que se refere à punição da transgressão). Mas para além de todas as diferenças existentes entre as diversas sociedades a esse respeito, nenhum grupo humano deixa de estipular regras a respeito da sexualidade.

(À página 48 falta uma palavra ("um") na 9ª linha do 3º parágrafo).

Mesmo no caso de castas dominantes (realeza e nobreza; faraós, incas, reis de Madagascar, senhores feudais do Japão medieval) existem regras (o casamento endogâmico quando existe, é obrigatório; obedece a regras - por exemplo, o soberano deve casar-se com a irmã mais velha mas não a mais nova, ou o inverso).

Além disso, nesses casos, observe-se que a regra continua existindo, embora estipulada em sentido inverso: o casamento é obrigatoriamente endogâmico, ou seja, com alguém da própria família, denotando o caráter absolutamente privilegiado do poder, que define a distância entre a realeza ou nobreza e seus vassallos como uma diferença abismal entre deuses e humanos. No caso de certos artesãos, como no antigo Egito, a razão parece ser o do monopólio do conhecimento de certas técnicas de produção no interior de determinado grupo, para manter o privilégio inerente à referida função econômica. (Um eco dessas práticas permaneceu na aristocracia européia; seus membros não poderiam casar-se com "plebeus". (Ver os "escândalos" na Inglaterra; o Duque de Windsor e posteriormente Charles/Diana).-

A etnologia (sociologia) pré-estruturalista não conseguia porém explicar a razão de ser da proibição do incesto, regra universal.-

[1] Em relação à questão das mutações responsáveis pelas características físicas do *homo sapiens*, ver Philip Lieberman: *The biology and evolution of language*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1984. Nesse livro são discutidas, de maneira precisa e profunda, os dados e as hipóteses referentes ao surgimento do aparelho fonatório, por modificação funcional dos órgãos envolvidos na função respiratória.

[2] (Seu argumento, como se verá adiante, repousa na hipótese de que a fronteira entre natureza e cultura é criada pela linguagem, cuja principal manifestação, em termos sociais, é a instauração da regra, mais especificamente a regra da proibição do incesto).

[3] (Aliás, o termo "*imbecilidade*", utilizado pelo tradutor, é uma tradução mal feita. Em português seria melhor empregar o termo "*debilidade*", ou seja, oligofrenia, deficiência mental).

[4] Aliás, é possível estabelecer uma analogia entre a diferenciação categórica proposta por Lévi-Strauss, entre natureza e cultura, e a radicalidade com que Freud postula a separação entre inconsciente e consciência, no sentido de que ambos falam de ruptura, de diferença de qualidade e não de grau. (Mas trata-se apenas de uma analogia: ela não tem por implicação que a "natureza" seja "inconsciente" e a "cultura" seja equivalente a "consciência", de forma alguma! Os conceitos *inconsciente* e *consciência* só são aplicáveis ao ser humano).

<http://www.franklingoldgrub.com>